

**GOVERNO /** Homem de confiança do Planalto, Braga Netto se lança na tarefa de manter lealdade ao presidente da República e a ascendência sobre comandos militares. Postura do ministro pode ser vista como subserviente, mas aliados minimizam risco de interferência

# A missão política do general

Marcello Casal Jr/Agência Brasil/CB/D.A Press



**Braga Netto foi escalado para apaziguar ânimos de militares após saída de Azevedo**

» AUGUSTO FERNANDES  
» SARAH TEÓFILO

As mudanças no ministério da Defesa e na cúpula das Forças Armadas mostraram, de forma abrupta e tensa, a intenção do presidente Jair Bolsonaro de mostrar que tem voz de comando na caserna. O desfecho da crise militar revelou, no entanto, que as Forças devem obediência, em primeiro lugar, à Constituição, e não aos desígnios do mandatário de ocasião. Esse choque de autoridades obrigou o general Fernando Azevedo a escrever, antes de deixar o comando da Defesa, que preservou “as Forças Armadas como instituições de Estado”. Coube ao general Braga Netto, até então chefe da Casa Civil, a tarefa de serenar os ânimos e reordenar a casa. Nos últimos dias, cresceu a expectativa sobre a postura do novo titular da Defesa após o embate mais grave ocorrido entre o Palácio do Planalto e os comandos militares.

Diferentemente do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que considerava sua relação com o presidente nos termos “um manda, o outro obedece”, Azevedo tinha uma postura mais independente. Ainda que ocupante de um cargo político, evitava se manifestar em questões marcadas pela politização. Mantinha um posicionamento mais discreto em relação às polêmicas criadas pelo presidente. A estratégia funcionou até o início desta semana. Na crise que culminou na demissão de Azevedo,

Bolsonaro convocou outro general-ministro — Braga Netto, considerado figura mais próxima do presidente — para substituir Azevedo na Defesa.

Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mayra Goulart afirma que a atuação de Braga Netto pode ser vista pelo critério de obediência estrita aos desígnios do Planalto. “Pazuello é um protagonista interessante, é muito significativo do padrão de governabilidade do Bolsonaro”, explica. Segundo ela, na gestão do presidente, os ministros são “meras correias de transmissão da vontade” do presidente da República. Esse princípio, por sinal, não se aplicou somente na troca da cúpula militar. Em

questão de horas, Bolsonaro alterou a composição de seis ministérios, entre demissões e remanejamentos.

Para Mayra Goulart, existe um perfil de ministro que se adequa ao estilo bolsonarista de governar. “Quanto menos identidade própria, mais é valorizado como perfil para escolha do Bolsonaro. Braga Netto se enquadra nessa lógica de submissão, de correia de transmissão”, diz. De acordo com ela, a indicação de Braga Netto indica que Bolsonaro não pretende se aproximar de militares, dialogar com os diferentes poderes ou construir uma base de apoio; ele está interessado em impor a autoridade presidencial, sem nuances ou contrapartidas. “O tipo de aproximação dele com os setores da sociedade e com as

elites políticas é sempre tentando impor uma ascendência. Sempre foi esse o padrão, desde o início”, avalia a cientista política.

## Sem interferência

Na avaliação de um general ouvido reservadamente pelo **Correio**, Braga Netto, embora seja influente nas Forças Armadas, tem atuação política. Apesar da característica do novo ministro, há a convicção de que qualquer tentativa de interferência política será barrada nos comandos, ou será rechaçada publicamente.

Militares que atuam no meio político descartam a possibilidade de Braga Netto promover mudanças radicais no Ministério da Defesa ou de ele ser totalmente submisso a Bolsonaro. A avalia-

ção é de que houve apenas uma passagem de bastão do ex-ministro Fernando Azevedo para o atual chefe da pasta, e que o trabalho do ministério e do Exército, Marinha e Aeronáutica continuará da forma como está.

“Normalmente, as Forças trabalham com um plano diretor. Cada um deles tem um projeto estratégico e, mesmo quando existe a troca de um comandante, esse projeto tem que continuar. Portanto, não existem motivos para preocupação. Nós (militares), sejamos comandantes, generais ou os demais, temos todos o mesmo alinhamento de pensamento. As Forças são uma estrutura de Estado, e não de um contexto político”, afirma o deputado General Paternelli (PSL-SP).

Na avaliação do parlamentar, Braga Netto já demonstrou que não tem interesse em adotar um comportamento autoritário dentro do governo. “Anteriormente, como ministro da Casa Civil, a função dele era fazer com que os ministérios tivessem união, além de coordenar atividades para que o Estado brasileiro. Não se tratava de política partidária. Por isso, com ele à frente da Defesa, não creio em mudanças”, opina.

O deputado federal Coronel Armando (PSL-SC), ex-vice-líder do governo na Câmara, afirma que a mudança foi apenas para reoxigenar a pasta. “As Forças Armadas atuam sempre dentro desse parâmetro de legalidade e legitimidade, e não serem fator de instabilidade democrática”, diz.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



**Como ministro da Casa Civil, a função dele era fazer com que os ministérios tivessem união. Não se tratava de política partidária. Com ele à frente da Defesa, não creio em mudanças”**

**General Paternelli (PSL-SP), deputado federal**

## No Exército, reunião entre comandantes

» RENATO SOUZA

O novo comandante do Exército, general Paulo Sérgio, se encontrou com o general Edson Pujol, seu antecessor, e Eduardo Villas Bôas, que esteve no cargo durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A reunião ocorreu após uma intensa crise entre o governo e as Forças Armadas, que resultou na demissão do ministro da Defesa, Fernando Azevedo, e dos chefes das três forças.

Uma foto do encontro, ocorrido na quinta-feira, foi publicada, ontem, na rede social por meio da conta oficial do Exército. A imagem vem com o seguinte texto: “Antigo, atual e futuro Comandante do Exército de Caxias: laços inquebrantáveis de respeito, camaradagem e lealdade. Exército Brasileiro: Braço Forte-Mão Amiga!”

Pujol foi demitido pelo presidente Jair Bolsonaro, com o almirante Ilques Barbosa, da

Marinha, e o brigadeiro do ar Antônio Carlos Moretti Bermudez, que estava à frente da Aeronáutica. O estopim da crise foi uma entrevista concedida por Paulo Sérgio ao **Correio Braziliense** sobre o combate à covid-19.

A reportagem, lida pelo presidente Jair Bolsonaro, destacava que a mortalidade por covid-19 no Exército é de 0,13%, enquanto na população em geral está em 2,5%. O resultado no meio militar foi alcançado em razão da obrigatoriedade do uso de máscaras, distanciamento social, isolamento e uso de álcool em gel. A força educa os integrantes por meio de campanhas massivas.

Bolsonaro se irritou com as informações e demitiu o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e os comandantes das Forças Armadas. Depois de pressão da caserna, ele recuou e nomeou Paulo Sérgio para o comando da tropa.

Reprodução/Twitter



**General Paulo Sérgio (ao centro) se encontrou com os antecessores Edson Pujol (E) e Villas Bôas: “Respeito, camaradagem e lealdade” no Exército**

## CONGRESSO

# Após gesto, assessor presidencial continua no cargo

Apesar de fazer um gesto considerado racista durante uma sessão oficial do Senado, na presença do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o assessor especial para Assuntos Internacionais do presidente Jair Bolsonaro, Filipe Martins, segue no cargo. Em resposta à indignação dos parlamentares, o servidor alegou que estava arrumando o microfone do tipo lapela, preso ao terno. O caso, ocorreu no dia 24, durante sessão com o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, demitido após intensa pressão de integrantes do Legislativo.

Em meio à crise, o Palácio do Planalto chegou a sinalizar que Filipe Martins seria demitido. Mas o tema caiu no esquecimento com a demissão do ex-ministro da Defesa Fernando Azevedo, dos comandantes das Forças Armadas e do próprio Ernesto Araújo no início

da semana. Na quarta-feira (31), o Senado aprovou um voto de censura a Martins. A avaliação entre senadores é de que o caso está tramitando, com investigação na Casa aberta pela Secretaria Geral da Mesa e pela Polícia Legislativa, mas que Martins é figura coadjuvante, por isso não demanda tanta atenção dos parlamentares.

Mantido no cargo pelo chefe do Planalto, Martins prossegue com a agenda. Na última quinta-feira, manteve encontros com embaixadores da Arábia Saudita, Kuwait, Marrocos, Bahrein e Emirados Árabes, ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente.

Para o líder do Cidadania, senador Alessandro Vieira (SE), o que caberia ao Senado está sendo feito, com processo em andamento para investigar a conduta de Martins. Mas mantê-lo ou não

Reprodução/TV Senado



**Filipe Martins, na presença de Rodrigo Pacheco: Senado aprovou voto de censura e abriu investigação**

no cargo é prerrogativa do presidente Jair Bolsonaro. “A conduta e postura são incompatíveis com o serviço público, isso é muito cla-

ro”, diz. Questionado se o Senado deveria chamá-lo para prestar esclarecimentos, Vieira afirmou que o assessor “não tem estatura para

isso”. “É uma figura ridícula, pequena, e a manutenção dele no cargo cabe a Bolsonaro”, disse.

A mesma avaliação, porém,

não se aplica a Ernesto Araújo, defenestrado da chefia do Ministério das Relações Exteriores. Alessandro Vieira pontuou que a permanência do chanceler impactava em questões importantes para o país, como o acesso a vacinas contra covid-19. “O impacto que ele [Filipe Martins] gera é dentro da cabeça de Bolsonaro”, afirmou.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) tende igualmente a minimizar a situação de Martins. “É um assunto desimportante para mim”, disse. O líder do bloco parlamentar Podemos/PSDB/PSL, Lasier Martins (Podemos-RS), entende de outra forma. Defende que o assessor seja convocado para prestar esclarecimentos. “Acho que se relevou muito; reduziu-se o fato a muito pouco, quando me parece que ele teve uma má intenção com aquele gesto”, afirmou o parlamentar. (ST)